

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Doutoramento em Direito 2026-2027
Especialidade de Ciências Jurídico-Políticas

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Administrativo A
Administração eletrónica, Inteligência Artificial, Democracia e direitos dos cidadãos

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 80 horas
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Alexandra Leitão

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Tema: Administração eletrónica, Inteligência Artificial, Democracia e direitos dos cidadãos

O tema da unidade curricular é a análise, da perspetiva do Direito, das novas formas de atuação administrativa, assentes na tecnologia, na digitalização de procedimentos e na utilização de inteligência artificial e as suas implicações sobre os direitos dos cidadãos que se relacionam com a Administração.

Questões como a interoperabilidade e a interconexão de dados entre entidades públicas, a proteção de dados, incluindo o seu armazenamento, partilha e reutilização, a biometria, os sistemas *cloud*, os atos administrativos eletrónicos e a sua sindicabilidade judicial são matérias que introduzem um conjunto de questões novas e de elevada complexidade que justificam uma abordagem científica da perspetiva do Direito Público e, em especial, do Direito Administrativo.

Tratar-se-á das novas e complexas questões suscitadas pela utilização da inteligência artificial na tomada de decisão administrativa, na definição de políticas públicas e nas consequências ao nível dos direitos dos cidadãos, incluindo a problemática da transparência dos algoritmos. A incorporação de IA, em especial IA generativa, nas decisões administrativas, a sua subsunção ao regime dos atos administrativos e consequências ao nível da responsabilidade administrativa será objeto de análise detalhada.

Serão também abordadas matérias relacionadas com as novas tecnologias disruptivas da Administração 4.0 - *Web* semântica, mineração de dados, *blockchain*, *internet of things* e *bots e chatbots* - associados aos avanços nos campos da neurociência, robótica e nanotecnologia e os desafios que representam para o Direito. Discutem-se também as consequências da IA nos sistemas democráticos, designadamente a manipulação de resultados eleitorais, as *fake news* e o discurso de ódio.



6. Conteúdos programáticos:

1. Novas tecnologias, Democracia e direitos fundamentais.
2. Administração eletrónica: conceito, *e-government* e reforma da Administração Pública.
3. Inteligência artificial, planeamento e políticas públicas.
4. Inovações tecnológicas: casos de estudo em Portugal.
5. Modernização da Administração Pública: simplificação e digitalização.
6. Incorporação de IA (preditiva e generativa) na tomada de decisão administrativa. Reserva de humanidade e supervisão humana.
7. Riscos e oportunidades.
8. Direito Administrativo eletrónico.
 - 8.1. Direito português
 - 8.1.1. Princípios aplicáveis à Administração eletrónica: enquadramento constitucional e legal
 - 8.1.2. Carta Portuguesa dos Direitos na Era Digital
 - 8.1.3. Código do Procedimento Administrativo
 - 8.2. Direito da União Europeia
 - 8.2.1. Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e legislação de execução
 - 8.2.2. Regulamento da Inteligência Artificial
 - 8.2.3. Regulamento dos Serviços Digitais e legislação de execução
9. Procedimento administrativo eletrónico
 - 9.1. Princípios gerais aplicáveis ao procedimento administrativo eletrónico
 - 9.2. Em especial, o dever de boa administração
 - 9.3. Habilitação legal e exclusividade digital?
 - 9.5. Uso de meios eletrónicos
10. Algoritmos como regulamentos administrativos
 - 10.1. Transparência, explicabilidade e viés algorítmico
 - 10.2. Regime jurídico
11. Ato administrativo eletrónico e algoritmização
 - 11.1. Conceito e admissibilidade. IA preditiva e IA generativa
 - 11.2. Regime jurídico
12. Responsabilidade civil extracontratual da Administração por atuação administrativa eletrónica e pelo uso de IA
13. Contratação pública eletrónica

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O principal objetivo da disciplina consiste numa abordagem jusadministrativista à matéria da Administração eletrónica e dos novos e complexos problemas que a digitalização e a inteligência artificial acarretam para o procedimento administrativo, para a garantia dos direitos dos cidadãos, para a tomada de decisão administrativa e para os problemas associados à responsabilidade.

O Direito Administrativo tem de se adaptar e evoluir para assegurar que a mudança de paradigma trazida pela transformação digital da Administração Pública e o recurso a sistemas de IA não se traduzam numa perda do controlo efetivo dos procedimentos e das decisões por parte das entidades que estão democraticamente legitimadas para exercer poderes públicos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A resposta do Direito Administrativo, seja através da interpretação atualista de institutos jurídicos clássicos, seja através da introdução de alterações legislativas, é o principal objeto de estudo da presente unidade curricular.

8. Metodologias de ensino:

As aulas seguirão um modelo interativo, incentivando-se os alunos a participar. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, designadamente de elementos bibliográficos e jurisprudenciais. Procurar-se-á promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados.

Em algumas aulas poderão ser convidados a participar académicos e peritos nas matérias tratadas. Ao longo do ano, os estudantes serão também convocados a realizar uma recensão crítica de uma obra indicada pelo regente e, posteriormente, a aprofundar um tema, apresentando-o em aula, que constituirá o relatório final de doutoramento.

9. Avaliação:

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas, intervenção em debates e recensão de uma ou duas obras (25%);
- Apresentação oral de um relatório sobre tema do programa (25%);
- Relatório escrito sobre tema do programa (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Tratando-se de uma unidade curricular do 3.º ciclo, é fundamental que os alunos desenvolvam as competências necessárias para pensar criticamente, elaborar dogmática e cientificamente sobre os temas propostos e, posteriormente, obter o grau de doutor.

Por isso, a elaboração da recensão de uma ou mais obras, bem como de um relatório escrito sobre um tema do programa escolhido pelo estudante assumem uma relevância fundamental para a formação e avaliação dos alunos, na medida em que permitem desenvolver a sua capacidade analítica e de realização de trabalho científico. Este relatório pode ser, se esse for o entendimento do estudante, uma projeção do que poderá ser o trabalho final de doutoramento e, se for outra a opção, é sempre um elemento fundamental para testar o domínio desta área jurídica e para desenvolver e demonstrar a capacidade de investigação do aluno.

11. Bibliografia principal:

AAVV - Electronic Government - 20th IFIP WG 8.5 International Conference, EGOV 2021, Spain, 2021



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

AAVV – The rule of Law in Cyberspace, coord. Carlos Blanco de Moraes, Gilmar Ferreira Mendes, Thomas Vesting, Springer, 2022

AAVV – Inteligencia Artificial y Administraciones Públicas: una triple visión en clave comparada, Iustel, Madrid, 2024

Antunes, Henrique – Direito e inteligência artificial, Lisboa, 2020

- “A responsabilidade civil extracontratual aplicável à inteligência artificial: para uma leitura corretiva da intervenção europeia”, in *I Congresso de Inteligência Artificial e Direito*, obra coletiva, Coimbra, 2023

Brown, David - Electronic government and public administration, in *International Review of Administrative Sciences*, 2005

Calvão, Filipa Urbano - Direito da Proteção de Dados Pessoais, Lisboa, 2018

Calvão, Filipa Urbano / Portocarrero, Marta - “Risco, inteligência artificial e decisão administrativa: que garantias para os particulares?”, in *Estudos em homenagem à Professora Doutora Maria da Glória F. P. D. Garcia*, obra coletiva, vol. 2, Lisboa, 2023

Duberry, Jérôme – Artificial Intelligence and Democracy, Elgar Publishing, 2022

Farinho, Domingos - O Regulamento dos Serviços Digitais da UE (EU Digital Services Act): uma visão a partir do Direito Administrativo Regulatório, in *Revista de Direito Administrativo*, #18, 2023

Garcia, Beatriz – *A Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas por danos decorrentes da utilização de inteligência artificial no exercício da função administrativa*, Lisboa, 2025.

Gonçalves, Pedro - O ato administrativo informático (o Direito administrativo português face à aplicação da informática na decisão administrativa), in *Scientia Iuridica*, Braga, 1997

- “Contratação pública eletrónica”, in *Direito da Sociedade da Informação*, vol. VI, Coimbra, 2006

- “Regime jurídico da Administração pública eletrónica (tópicos)”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alves Correia*, vol. I, obra coletiva, Coimbra, 2023

Leitão, Alexandra – “A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2023

- “Inovações Tecnológicas no Direito Administrativo: Administração Pública eletrónica e inteligência artificial”, in *As inovações tecnológicas no Direito*, obra coletiva, Thoth editora, 2024

- “Planeamento e Administração Pública: desafios atuais” in *O Regresso do Planeamento. Percursos e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Moraes, Carlos Blanco de - “Digital Democracy: A Threat to the Democratic System or Oxygenation of Representative Democracy and Free Speech?”, in *The Rule of Law in Cyberspace*, obra coletiva, 2022



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Palop, Andrés Boix – “Los Algoritmos son Reglamentos; la necesidad de extender las garantías propias de las normas reglamentarias a los programas empleados por la Administración para la adopción de decisiones”, in *Revista de Derecho Público: Teoría y Método*, vol. 1, Madrid, 2020

Porto, Fábio - Judiciário 4.0 e o impacto a tecnologia para o futuro: O Judiciário como Plataforma e a Administração Judiciária do Século XXI, Juruá Editora, 2024

Raimundo, Miguel Assis - “Inteligencia artificial y contratación pública: apuntes a partir del caso português”, in *Inteligência artificial e contratação pública: propostas para uma buena regulación*, obra coletiva, Madrid, 2025

Rubio, Rafael – *El uso de la Inteligencia Artificial en las campañas electorales y sus efectos democráticos*, in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, 2025

Sartor, Giovanni - *L'intelligenza artificiale e il Diritto*, Turim, 2022.

Silva, Vasco Pereira da Silva - “Digitalização em Direito Constitucional e Administrativo”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers*, vol. II, 1.ª edição, Coimbra, 2024

Solé, Juli Ponce – “Inteligencia artificial, Derecho administrativo y reserva de humanidad: algoritmos y procedimiento administrativo debido tecnológico”, in *La Administracion al Día*, 2019

- “Las relaciones entre inteligência artificial, regulación y ética, com especial atención al sector público”, in *Revista General de Derecho Administrativo*, n.º 61, 2022

- “Reserva de humanidade y supervisión humana de la inteliencia artificial”, in *El Cronista del Estado Social y Democrática de Derecho*, n.º 100, 2022

- “Razões legais para limitar a automação total dos poderes administrativos discricionários: possibilidades legais e limites da inteligência artificial”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 19, 2024

Vacha, Juan Carlos Galindo – La Inteligencia Artificial (IA) en el marco de la Democracia digital, in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, 2025

12. Observações:

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course Doctoral Program in Law 2026-2027
Specialty in Juridical-Political Sciences

1. Curricular Unit Name:

Administrative Law A
Electronic administration, Artificial Intelligence, Democracy, and citizens' rights

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☒
Work hours: 80
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Alexandra Leitão

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Non applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Theme: Electronic administration, Artificial Intelligence, Democracy and citizens' rights

The course focuses on analysing, from a legal perspective, new forms of administrative action based on technology, digitisation of procedures and the use of artificial intelligence, and their implications for the rights of citizens in their dealings with the public administration.

Issues such as the interoperability and interconnection of data between public bodies, data protection—including its storage, sharing and reuse—biometrics, cloud systems, electronic administrative acts and their judicial review are matters that raise a range of new and highly complex issues justifying a scientific approach from the perspective of public law and, in particular, administrative law.

We will focus on the new and complex issues raised by the use of artificial intelligence in administrative decision-making, in the formulation of public policies and in the implications for citizens' rights, including the issue of algorithm transparency. The incorporation of AI, particularly generative AI, into administrative decisions, its classification under the regime governing administrative acts, and the consequences for administrative liability will be the subject of detailed analysis.

The seminar will also address topics related to the new disruptive technologies of Administration 4.0 – the Semantic Web, data mining, blockchain, the Internet of Things, and bots and chatbots – in conjunction with advances in the fields of neuroscience, robotics and nanotechnology, and the



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

challenges these pose for the law. The consequences of AI for democratic systems will also be discussed, namely the manipulation of election results, fake news and hate speech.

6. Syllabus:

1. New technologies, democracy and fundamental rights.
2. E-government: concept, e-government and public administration reform.
3. Artificial intelligence, planning and public policy.
4. Technological innovations: case studies in Portugal.
5. Modernisation of public administration: simplification and digitisation.
6. Incorporation of AI (predictive and generative) in administrative decision-making. Human in the loop and human supervision.
7. Risks and opportunities.
8. Electronic Administrative Law.
 - 8.1. Portuguese law
 - 8.1.1. Principles applicable to e-government: constitutional and legal framework
 - 8.1.2. Portuguese Charter of Rights in the Digital Age
 - 8.1.3. Code of Administrative Procedure
 - 8.2. European Union law
 - 8.2.1. General Data Protection Regulation and implementing legislation
 - 8.2.2. Artificial Intelligence Regulation
 - 8.2.3. Digital Services Regulation and implementing legislation
9. Electronic administrative procedure
 - 9.1. General principles applicable to electronic administrative procedure
 - 9.2. In particular, the duty of good administration
 - 9.3. Legal authorisation and digital exclusivity?
 - 9.5. Use of electronic means
10. Algorithms as administrative regulations
 - 10.1. Transparency, explainability and algorithmic bias
 - 10.2. Legal framework
11. Electronic administrative acts and algorithmisation
 - 11.1. Concept and admissibility. Predictive AI and generative AI
 - 11.2. Legal framework
12. Non-contractual civil liability of the Administration for electronic administrative action and the use of AI
13. Electronic public procurement

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The main objective of the course is to provide an administrative law perspective on the subject of e-government and the new and complex challenges that digitalisation and artificial intelligence pose for administrative procedures, the safeguarding of citizens' rights, administrative decision-making, and issues relating to liability. Administrative Law must adapt and evolve to ensure that the paradigm shift brought about by the digital transformation of public administration and the use of AI systems does not result in a loss of effective control over procedures and decisions by the bodies that are democratically authorised to exercise public powers.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

The response of Administrative Law, whether through a contemporary interpretation of classical legal institutions or through the introduction of legislative amendments, is the main focus of this course module.

8. Teaching methodologies:

Classes will follow an interactive model, encouraging students to participate. For this purpose, a set of readings will be indicated for each class, namely bibliographic and jurisprudential elements. We will try to promote the discussion and the critical analysis of the elements previously studied. In some classes, experts on the subject may be invited to participate. Throughout the year, students will also be asked to write a critical review of a work indicated by the lecturer and, subsequently, to study a topic in depth and present it in class, which will constitute their final doctoral report.

9. Evaluation:

The assessment is based on the following elements:

- Class participation, intervention in debates and review of one or two works (25%);
- Oral presentation of a report on a theme of the program (25%);
- Written report on a theme of the program (50%).

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

Since this is a doctoral course unit, it is fundamental that students develop the necessary skills to think critically, elaborate dogmatically and scientifically on the proposed topics and, subsequently, obtain a doctoral degree.

For this reason, the preparation of a review of one or more works, as well as a written report on a theme from the program chosen by the student, is of fundamental relevance to the students' training and evaluation, insofar as it allows them to develop their analytical capacity and their ability to carry out scientific work. This report can be, if this is the student's understanding a projection of what may be the final doctoral work and, if this is not the option, it is always a fundamental element to test the mastery of this legal area and to develop and demonstrate the student's research capacity.

11: Main Bibliography:

AAVV - Electronic Government - 20th IFIP WG 8.5 International Conference, EGOV 2021, Spain, 2021

AAVV – The rule of Law in Cyberspace, coord. Carlos Blanco de Moraes, Gilmar Ferreira Mendes, Thomas Vesting, Springer, 2022

AAVV – Inteligencia Artificial y Administraciones Públicas: una triple visión en clave comparada, Iustel, Madrid, 2024



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Antunes, Henrique – Direito e inteligência artificial, Lisboa, 2020

“A responsabilidade civil extracontratual aplicável à inteligência artificial: para uma leitura corretiva da intervenção europeia”, in *I Congresso de Inteligência Artificial e Direito*, obra coletiva, Coimbra, 2023

Brown, David - Electronic government and public administration, in *International Review of Administrative Sciences*, 2005

Calvão, Filipa Urbano - Direito da Proteção de Dados Pessoais, Lisboa, 2018

Calvão, Filipa Urbano / Portocarrero, Marta - “Risco, inteligência artificial e decisão administrativa: que garantias para os particulares?”, in *Estudos em homenagem à Professora Doutora Maria da Glória F. P. D. Garcia*, obra coletiva, vol. 2, Lisboa, 2023

Duberry, Jérôme – Artificial Intelligence and Democracy, Elgar Publishing, 2022

Farinho, Domingos - O Regulamento dos Serviços Digitais da UE (EU Digital Services Act): uma visão a partir do Direito Administrativo Regulatório, in *Revista de Direito Administrativo*, #18, 2923

Garcia, Beatriz – *A Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas por danos decorrentes da utilização de inteligência artificial no exercício da função administrativa*, Lisboa, 2025.

Gonçalves, Pedro - O ato administrativo informático (o Direito administrativo português face à aplicação da informática na decisão administrativa), in *Scientia Iuridica*, Braga, 1997

- “Contratação pública eletrónica”, in *Direito da Sociedade da Informação*, vol. VI, Coimbra, 2006

- “Regime jurídico da Administração pública eletrónica (tópicos)”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alves Correia*, vol. I, obra coletiva, Coimbra, 2023

Leitão, Alexandra – “A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2023

- “Inovações Tecnológicas no Direito Administrativo: Administração Pública eletrónica e inteligência artificial”, in *As inovações tecnológicas no Direito*, obra coletiva, Thoth editora, 2024

- “Planeamento e Administração Pública: desafios atuais” in *O Regresso do Planeamento. Percursos e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Morais, Carlos Blanco de - “Digital Democracy: A Threat to the Democratic System or Oxygenation of Representative Democracy and Free Speech?”, in *The Rule of Law in Cyberspace*, obra coletiva, 2022

Palop, Andrés Boix – “Los Algoritmos son Reglamentos; la necesidad de extender las garantías propias de las normas reglamentarias a los programas empleados por la Administración para la adopción de decisiones”, in *Revista de Derecho Público: Teoría y Método*, vol. 1, Madrid, 2020



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Porto, Fábio - *Judiciário 4.0 e o impacto a tecnologia para o futuro: O Judiciário como Plataforma e a Administração Judiciária do Século XXI*, Juruá Editora, 2024

Raimundo, Miguel Assis - “Inteligencia artificial y contratación pública: apuntes a partir del caso português”, in *Inteligência artificial e contratação pública: propostas para una buena regulación*, obra coletiva, Madrid, 2025

Rubio, Rafael – *El uso de la Inteligencia Artificial en las campañas electorales y sus efectos democráticos*, in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, 2025

Sartor, Giovanni - *L'intelligenza artificiale e il Diritto*, Turim, 2022.

Silva, Vasco Pereira da Silva - “Digitalização em Direito Constitucional e Administrativo”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers*, vol. II, 1.ª edição, Coimbra, 2024

Solé, Juli Ponce – “Inteligencia artificial, Derecho administrativo y reserva de humanidad: algoritmos y procedimiento administrativo debido tecnológico”, in *La Administracion al Día*, 2019

- “Las relaciones entre inteligência artificial, regulación y ética, com especial atención al sector público”, in *Revista General de Derecho Administrativo*, n.º 61, 2022

- “Reserva de humanidade y supervisión humana de la inteliencia artificial”, in *El Cronista del Estado Social y Democrática de Derecho*, n.º 100, 2022

- “Razões legais para limitar a automação total dos poderes administrativos discricionários: possibilidades legais e limites da inteligência artificial”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 19, 2024

Vacha, Juan Carlos Galindo – *La Inteligencia Artificial (IA) en el marco de la Democracia digital*, in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, 2025

12: Remarks:

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.